

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.042 - SP (2019/0378025-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : LEANDRO TADEU LANCA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
ADVOGADO : LEANDRO TADEU LANÇA - SP260445
AGRAVADO : UNIMED DE CATANDUVA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ BECK - SP156288
JÚLIO FERRAZ CEZARE - SP149927
YASMIN ANANIAS APAZ - SP310277
AGRAVADO : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADO : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687
AGRAVADO : FEDERACAO DAS UNIMEDS DA AMAZONIA - FEDERACAO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO DO ACRE, AMAPA, AMAZONAS, PARA, RONDONIA E RORAIMA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : ARINE GODOI MONTE MOR FERREIRA
ADVOGADO : LEANDRO TADEU LANÇA - SP260445

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 377, e-STJ):

SUCUMBÊNCIA - Honorários advocatícios - Sentença que julga procedente ação de obrigação de fazer, condenando a requerida ao fornecimento de materiais necessários à realização de procedimento cirúrgico Arbitramento mediante aplicação de percentual de 10% do valor atualizado da causa (de R\$ 100.000,000 - Base de cálculo sobremodo elevada - Causa relativamente singela, exigente da prática de poucos atos pelos Advogados - Pretensão a que sejam reduzidos - Necessidade - Arbitramento que, consideradas as circunstâncias apontadas, dá-se mediante critério equitativo - Fixação em R\$ 3.000,00, e não em mil reais, como pretendido - Sentença reformada para esse fim.
Apelação provida em parte.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação aos §§ 2º e 8º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que os honorários advocatícios foram arbitrados por equidade em

três mil reais, mas que não foram preenchidos os requisitos legais para que se procedesse dessa maneira. Afirma que o critério da equidade somente pode ser adotado nos casos em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Argumenta, assim, que os honorários de sucumbência deveriam ter sido fixados nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/15.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 408/419 e 421/426, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 430/431, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Para melhor compreensão da questão, analiso a forma como a sucumbência foi fixada ao longo do processo.

Por meio da sentença de fls. 282/286, o pedido foi julgado procedente para condenar as rés a fornecerem, à autora, os materiais necessários à realização do procedimento cirúrgico de *hidrocelectomia percutâneo Spinejet*. Os honorários, na oportunidade, foram fixados em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Cito trechos da referida decisão (fl. 285, e-STJ):

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para condenar as rés a fornecerem à autora os materiais necessários para realização do procedimento cirúrgico de "Hidrocelectomia Percutâneo Spinejet", o que já foi cumprido em sede de tutela de urgência.

Ante a sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro no artigo 85. §2º, do Código de Processo Civil.

O Tribunal de origem, por sua vez, deu parcial provimento à apelação para fixar os honorários por equidade (R\$ 3.000 – três mil reais). Argumentou, para tanto, que o valor da causa era alto, a causa era singela e exigiu a prática, por parte do

advogado, de poucos atos.

Transcrevo os fundamentos adotados pelo colegiado (fl. 378, e-STJ):

1. A ação é de obrigação de fazer, tendo sido imposta à ré a obrigação de fornecer materiais necessários à realização de procedimento cirúrgico, cujo valor não se conhece e é dependente de apuração em eventual fase de cumprimento da sentença.

Sucedo que o arbitramento dos honorários advocatícios, em casos como este, deve ser procedido de imediato, valendo-se o Magistrado do disposto no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, no que concerne aos percentuais a que sujeita a fixação.

Por outro lado, como dito antes, o valor dos materiais a fornecer não se conhece, aqui e agora, malgrado não seja inestimável nem irrisório o proveito econômico consistente no desfrute de procedimento cirúrgico sem o custeio dos mesmos materiais. E o valor da causa é sobremodo elevado, como indiscutível.

Diante dessas circunstâncias, particulares desta causa, o arbitramento deve mesmo se dar segundo critério equitativo, como pretende a apelante, com suporte no § 8º do artigo 85 do mesmo estatuto processual.

Em sendo assim, acolho o recurso para o fim de fixar a verba honorária em R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando que a causa é relativamente singela, exigiu a prática de poucos atos, e recebeu sentença com a qual a ré se conformou. O valor desejado pela apelante (mil reais) é irrisório.

Verifico, dessa forma, que o Tribunal de origem, de fato, violou o art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015 e, ainda, contrariou a jurisprudência desta Corte.

Com efeito, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, sob a relatoria para o acórdão do Ministro Raul Araújo, esclareceu as regras estatuídas pelo Código de Processo Civil de 2015 para fixação dos honorários advocatícios de sucumbência (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).

De acordo com o julgado, caso haja condenação, essa será a base de cálculo utilizada. Por outro lado, não havendo condenação, deve-se considerar o proveito

econômico obtido pelo vencedor ou, não sendo possível mensurá-lo, deve-se recorrer ao valor atribuído à causa, devidamente atualizado.

Cito, a seguir, a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

Como se observa, a fixação dos honorários por equidade deve-se dar apenas subsidiariamente, nos casos em que o proveito econômico obtido pelo vencedor foi inestimável ou irrisório ou o valor da causa for muito baixo, situações, contudo, que não ocorrem no caso dos autos. Não há, como se nota, autorização para utilização da equidade nas situações inversas, em que se observa exorbitância.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios em dez por cento sobre o valor da condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora